

O ÁRTICO SOB O OLHAR DE COPENHAGUE: A SECURITIZAÇÃO DA REGIÃO ÁRTICA NO PÓS-GUERRA FRIA

Por Juliano Cesar Shishido Góes*

RESUMO:

O objetivo deste artigo é analisar a securitização do Ártico na formulação feita pela Escola de Copenhague no âmbito da Segurança Internacional no período do pós-Guerra Fria. Foi considerada na análise a geopolítica da região, com seus recursos naturais e possibilidade de navegação, especialmente com o maior acesso franqueado pelo aquecimento global e a consequente diminuição da cobertura de gelo no Ártico. Os diversos atores e questões concernentes à região ártica fazem com que ela se mostre como um complexo de segurança regional, devendo esses atores agirem para que a região seja de cooperação e não de enfrentamento, evitando, assim, a securitização dessas questões. Dessa forma, para verificar como os setores abordados pela Escola de Copenhague se apresentam no Ártico, foi feita pesquisa em materiais bibliográficos disponíveis em *think tanks* relacionados ao Ártico, dentre outros.

Palavras-chave: Ártico. Escola de Copenhague. Geopolítica. Securitização.

ABSTRACT:

The objective of this paper is to analyze the securitization of the Arctic in the formulation made by the Copenhagen School in International Security in the post-Cold War era. The geopolitics of the region was considered in the analysis, with its natural resources and the possibility of navigation, especially with the largest access franchisee by global warming and consequent decrease in ice coverage in the Arctic. The various actors and issues concerning the Arctic region make it as a complex of regional security, and these actors must act so that the region becomes one of cooperation and not coping, thus avoiding the securitization of these issues. In this way, to check how the sectors covered by the Copenhagen School are

*Graduando de Relações Internacionais - Faculdade Damas da Instrução Cristã (FADIC) - julianocsg@gmail.com

presented in the Arctic, research was conducted in bibliographic materials available at think tanks associated to the Arctic, among others

KEYWORDS: Arctic. Copenhagen School. Geopolitics. Securitization.

INTRODUÇÃO

O aquecimento global e o conseqüente derretimento da camada de gelo no Ártico permitirá, cada vez mais, um maior acesso à região, seja para extração de recursos energéticos ou para transporte de pessoas e mercadorias, por exemplo. As conseqüências para a cobertura de gelo no Ártico já são notáveis e sua diminuição irá alterar a geopolítica dessa região.

Recentemente, o Ártico teve um importante papel durante a Guerra Fria, pois essa região tinha a menor distância entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética, assim como, atualmente, em relação à Rússia. Após o fim desse conflito e o término dessa proeminência, a região volta a receber atenção no começo dos anos 2000 com a possibilidade do início de uma “nova Guerra Fria” conforme alegado pela mídia e por alguns analistas.

É difícil afirmar se um novo conflito surgirá em função do posicionamento de alguns países da região ártica, o que se verifica, de fato, é um ambiente de cooperação em torno de novos ativos estratégicos dessa região. Entretanto, a continuação dessa cooperação no Ártico é questionada pelo envolvimento tanto da Rússia quanto de países do Ocidente, em especial de alguns membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em certos eventos como os ocorridos na Ucrânia, após 2014, e na Síria, a partir de 2015.

Dessa forma, a região volta a ser de interesse para a área de Segurança Internacional, mas não apenas sob um viés puramente estratégico-militar, pois esse próprio campo de estudos sofreu alterações com o fim da Guerra Fria. O alargamento realizado pela Escola de Copenhague com sua abordagem abrangente e sua nova estrutura de análise da área permitem lançar um novo olhar sobre o Ártico analisando os setores militar, político, econômico, societal e ambiental existentes nessa região.

Assim, a segunda parte desse artigo irá tratar da Segurança Internacional, partindo das preocupações cotidianas com a segurança tanto de indivíduos quanto de países, bem como definindo esse campo e determinando seus atores e seus objetos de interesse. Também será abordada a ampliação do conceito de Segurança Internacional realizada pela chamada Escola de Copenhague, que tirou a ênfase desse campo de estudo dos Estados e das questões políticas e militares, passando a considerar também outros atores e áreas de análise. Prossegue-se com a própria região do Ártico, com um breve histórico e conformação política, e sua geopolítica frente ao aquecimento global e o maior acesso à região e a seus recursos naturais. Finaliza-se o desenvolvimento do artigo com a análise da securitização do Ártico no pós- Guerra Fria em conformidade com a nova estrutura de análise formulada pela Escola de Copenhague, levantando as questões concernentes aos cinco setores de análise.

Por fim, será feita uma breve conclusão acerca do assunto demonstrando a importância de se analisar o Ártico sob o viés de Copenhague tendo em vista sua geopolítica, tanto com o advento do fim do mundo bipolar quanto com as conseqüências do aquecimento global nessa região.

SEGURANÇA INTERNACIONAL

Segurança é um conceito de extrema importância na vida das pessoas, pois estas almejam viver suas vidas com o mínimo de preocupação possível. Dessa forma, sabe-se que elas buscam essa segurança em todas as áreas de suas vidas: seja ela a física, a econômica, a política ou até mesmo a emocional. De igual forma, é possível considerar que os países também se preocupam com a segurança, seja de forma mais ampla como sua própria existência como Estado, seja relacionada aos diversos tipos possivelmente associados com os aspectos econômicos ou a segurança de sua população e sociedade, por exemplo.

Dessa forma, o termo segurança pode se tornar simples ou banal com essa utilização excessiva e cotidiana, sem que se reflita sobre o que ele representa e o seu real impacto na vida das pessoas e sociedades. Assim como a quantidade de notícias com temas relacionados à segurança que é veiculada nos noticiários e jornais, sejam essas notícias em âmbito nacional ou internacional, promovem esse mesmo sentimento de banalidade frente a ela.

Por outro lado, esse acesso constante a notícias associadas à segurança torna esse tema fascinante, sem contudo facilitar sua definição, tendo sido considerado, portanto, como um conceito contestado (WILLIAMS, 2012, p. 1).

Não obstante esse fato, uma característica geralmente associada à segurança e normalmente aceita é que sua própria natureza especial autoriza o uso de medidas extraordinárias para lidar com as ameaças contra ela, permitindo a legitimação do uso na força e a mobilização estatal por meio de poderes especiais para enfrentar essas ameaças existenciais. (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998, p. 21).

Assim, uma forma direta de se definir segurança seria como o alívio/fim de ameaças contra valores considerados estimados pelas pessoas e que, se não forem vigiados, ameaçarão a sobrevivência de um determinado objeto em um futuro próximo. Isso leva a duas filosofias principais existentes acerca desse tema: uma que considera a segurança como um bem (dinheiro, armas, etc.) que os atores precisam acumular para poder atingi-la, ou seja, quanto mais desses bens possuírem, mais seguros estarão; e uma segunda corrente que advoga que a segurança emerge da relação/cooperação entre os atores e que ela virá com a emancipação deles por meio da justiça e dos direitos humanos (WILLIAMS, 2012, p. 5-6).

Uma outra preocupação seria em relação ao objeto referente ou de referência que estaria sob ameaça, com isso, ao se analisar o tema da segurança em um contexto internacional, verifica-se que, antes do fim da Guerra Fria, os Estados eram geralmente considerados como tal objeto, tendo mudado a partir de então com a priorização dos indivíduos, dos coletivos humanos, das sociedades e do meio ambiente (WILLIAMS, 2012, p. 7-8).

Por conseguinte, apesar de provavelmente ter acompanhado toda a história da sociedade humana, geralmente se considera que a segurança como campo de estudo acadêmico tenha surgido após o fim da Segunda Guerra Mundial, como uma invenção anglo-americana, cujo foco, de forma geral, eram os assuntos militares vinculados aos Estados – essa abordagem da Segurança Internacional é chamada de tradicionalista.

Em contrapartida, a abordagem abrangente promoveu a mudança da área com a introdução de uma nova estrutura de análise feita por Barry Buzan, em 1983, no seu livro *“People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations”*, reeditado, em 1991, com o nome *“People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era”*. Essa nova abordagem trazia que a segurança era afetada por fatores existentes não apenas no setor militar, mas também nos setores político, econômico, societal e ambiental. Constata-se, porém, que Buzan ainda se mantinha centrado na segurança dos Estados e isso mudou gradualmente com os trabalhos feitos pela chamada Escola de Copenhague, que acabou evidenciado a segurança de grupos humanos, e não mais apenas de países, como atingida pelos fatores encontrados nos cinco setores mencionados (TANNO, 2003, p. 50-56; WILLIAMS, 2012, p. 14).

A ESCOLA DE COPENHAGUE E A SECURITIZAÇÃO

Essa abordagem mais abrangente da Segurança Internacional foi trabalhada, principalmente, por

acadêmicos vinculados ao antigo Copenhagen Peace Research Institute (COPRI) da Dinamarca, como Barry Buzan e Ole Waever, tendo sido chamada de “Escola de Copenhague”. A sua preocupação principal era como a segurança funcionava na política mundial e como questões ambientais, de pobreza e direitos humanos afetavam as agendas de segurança dos países. A Escola de Copenhague acabou trabalhando sobre como a segurança acontece pelo processo de construção intersubjetivo e seus efeitos políticos. Assim, o trabalho iniciado por Buzan em 1983 foi evoluindo e culminou com a obra conjunta com Ole Waever e Jaap de Wilde, em 1998, chamada “Security: A New Framework for Analysis” (TANNO, 2003, p. 57; WILLIAMS, 2012, p. 68).

Um dos conceitos mais importantes desses trabalhos foi o de “securitização”, que foi trazido primeiramente por Ole Waever no livro “Securitization and Desecuritization”, em 1995, que seria a construção discursiva da ameaça, ou seja, quando um ator declara uma determinada questão, dinâmica ou ator como sendo uma “ameaça existencial” a um objeto referente específico. Assim, se essa ameaça for aceita por uma audiência (público) relevante, haveria a suspensão da chamada “política normal”, em relação a essa crise percebida, e passaria a ser possível o uso de medidas de emergência/extraordinárias contra ela. E essa articulação em relação à crise viria sob a forma de “atos da fala”, que não apenas representam a crise em si, mas a constroem por si só, no chamado “movimento/processo de securitização”, que possibilita a securitização de um evento apenas se e quando uma audiência aceita a crise como tal (TANNO, 2003, p. 58; WILLIAMS, 2012, p. 69).

De outra parte, a Escola também tratou da “dessecuritização”, ou seja, se, ao securitizar um evento, um ator promove a saída da “política normal” e abre a possibilidade de uso de medidas extraordinárias, o processo inverso de retirar esse evento do âmbito da segurança e levá-lo a ser tratado por meio da “política normal” seria a sua dessecuritização (WILLIAMS, 2012, p. 71).

Nessa nova estrutura, os cinco setores abordados teriam seus próprios objetos de referência que poderiam ter sua segurança ameaçada e que não incluiriam, obrigatoriamente, os países. Dessa forma, o setor militar se relacionaria com a força/coerção, o setor político com a autoridade e o reconhecimento externo (soberania), o setor econômico com o comércio, a produção e as finanças, o setor societal com as identidades coletivas e o setor ambiental com as atividades humanas e sua relação com o meio ambiente (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998, p. 7; TANNO, 2003, p. 58-59).

Por fim, uma outra contribuição para a área de Segurança Internacional trazida pela Escola de Copenhague foi a Teoria de Complexo de Segurança Regional (RSCT, em inglês), proposta na seminal obra de 1998. O conceito anterior, formulado por Buzan no seu livro de 1983, conhecido como Teoria Clássica de Complexo de Segurança (CSCT, em inglês), definia que as percepções e preocupações relacionadas à segurança de um conjunto de países são interligadas de tal forma que suas questões de segurança nacional não podem ser analisadas ou resolvidas separadamente. Delineava, ainda, que estes complexos de segurança se restringiam aos setores político e militar e se encontravam entre as dinâmicas existentes entre os países e aquelas do considerado Sistema Internacional.

Alternativamente, com a introdução de novos setores ao domínio da Segurança Internacional, os Complexos de Segurança Regionais abrangiam agora esses setores e suas unidades, prevendo que os processos de securitização e dessecuritização do conjunto dessas unidades estão tão vinculados entre si que não podem ser analisados ou resolvidos isoladamente. Assim, diferentemente do conceito clássico, no qual os Estados eram os únicos atores de uma análise de segurança, na reformulação da teoria, outros atores emergem na formação dos complexos regionais de segurança, o que permite a relação, segundo seus interesses, entre unidades não pertencentes a países contíguos, em uma possível dinâmica subsistêmica e não-regional (TANNO, 2003, p. 69-71).

O ÁRTICO E A SUA GEOPOLÍTICA

O Ártico tem recebido cada vez mais atenção nos últimos anos por causa dos efeitos do aquecimento global na região, assim como em função das consequências desses efeitos no restante do planeta.

Todavia, o Ártico tem sido objeto de interesse da humanidade há muito mais tempo, posto que os primeiros povoadamentos da região aconteceram há mais de 10.000 anos. Muitos aspiraram à região, dos Vikings em sua expansão nos séculos IX e X, passando pelas Grandes Navegações com a busca por rotas alternativas de navegação, até os exploradores modernos dos séculos XIX e XX, tal qual o americano Robert Peary - a primeira pessoa a alcançar o polo Norte em 1909.

Diversos fatores estratégicos são encontrados no Ártico, sendo essa região uma fonte de recursos energéticos, como petróleo e gás natural, e de recursos naturais advindos, por exemplo, da pesca comercial. Além disso, a região ártica também possui rotas de navegação marítima mais curtas do que aquelas normalmente utilizadas pelos navios comerciais. Com isso, acredita-se que o derretimento da camada de gelo do Ártico proporcionado pelo aquecimento global permitirá uma melhor exploração desses ativos.

Na Figura 1, é possível visualizar a região ártica com os oito Estados que são considerados países árticos, sendo que cinco destes são tidos como atores principais na região por serem banhados pelo Oceano Ártico - Canadá, Dinamarca (Groenlândia), Estados Unidos, Noruega e Rússia -, enquanto Finlândia, Islândia e Suécia, mesmo não sendo considerados litorâneos, possuem também interesse direto na região. Não obstante, outros países vêm demonstrando crescente interesse no Ártico, como China, Índia e Japão.

Figura 1 – Mapa da região ártica



Fonte: CIA World Fact Book Disponível em: < <http://origins.osu.edu/article/824/maps>>. Acesso em: 28 out. 2016.

A *U.S. Geological Survey* (USGS, 2008) publicou em 2008 um estudo afirmando que o Ártico possui aproximadamente 13% das reservas não descobertas de óleo do mundo e 30% das de gás natural. Entretanto, devido a falta de infraestrutura e os riscos envolvidos, é complexa a extração dos recursos energéticos dessa região, além disso, em caso de acidentes, os impactos ambientais podem ser consideravelmente negativos. Experiências de insucesso como as da Shell, da ConocoPhillips e da Gazprom, em conjunto com o baixo preço do barril de petróleo, reforçam tais fatos, diminuindo o impulso exploratório de empresas e países nessa região. Discute-se, ainda, se a extração dos recursos energéticos será realmente melhor com o aquecimento da região, pois, apesar da possibilidade de melhor acesso a fontes *off-shore*, poderá haver, por outro lado, maior dificuldade em relação àquelas do continente, posto que o derretimento do *permafrost*¹ dificultará o transporte em terra, além da própria instalação das estruturas necessárias à extração.

O Oceano Ártico possui importantes viveiros para pesca comercial e essa atividade é significativa para os países árticos. Com isso, ainda que um aumento da pesca industrial na região possibilite maior disponibilidade desse recurso, a exploração dessa atividade sem a devida regulamentação pode influenciar negativamente não apenas as reservas da região ártica, mas também aquelas de outros locais do planeta (ÅTLAND, 2010, p. 34-37).

Tendo em vista essa questão, um acordo foi assinado em 2015 por Canadá, Estados Unidos, Groenlândia, Noruega e Rússia, cujo objetivo é de prevenir a pesca em nível industrial no Oceano Ártico. Entretanto, esse acordo é temporário e mais pesquisas ainda serão realizadas.

Em relação à navegação marítima pelo Ártico, esta pode ser feita por três rotas (Figura 2): a Passagem do Nordeste (*Northeast Passage* - NEP), que inclui a Rota do Norte (*Northern Sea Route* - NSR), no norte da Rússia; a Passagem do Noroeste (*Northwest Passage* - NWP), entre o Estreito de Bering e o Oceano Atlântico, através do Arquipélago Canadense; e a Passagem Transpolar (*Transpolar Passage* - TPP), entre o Estreito de Bering e o Atlântico Norte. Ressalta-se, entretanto, que só é possível a navegação pela TPP com a utilização de barcos quebra gelo ou submarinos, enquanto que a NEP e a NWP geralmente encontram-se abertas no verão, mas ainda dependem das condições climáticas na região (LE MIÈRE; MAZO, 2013, p. 1165).

1 Área de terra permanentemente congelada abaixo da superfície.

Figura 2 – Rotas de navegação no Ártico



Fonte: The Arctic Portal. Disponível em: < <http://arctic-portal.org/old-news/409-new-laws-on-the-northern-sea-route>>. Acesso em: 28 out. 2016.

Assim, ao se comparar com as rotas normalmente utilizadas entre Ásia e Europa/América do Norte, via Canal de Suez, Canal do Panamá ou Cabo da Boa Esperança, as rotas transárticas podem reduzir em até 40% as distâncias entre importantes portos desses locais, o que implicaria, conseqüentemente, em menos tempo, combustível e dinheiro gastos. Todavia, as condições climáticas instáveis da região dificultam qualquer planejamento e apenas seria possível levar em consideração essas rotas quando elas estiverem disponíveis durante boa parte do ano. Ademais, sua utilização normal é dificultada pela falta de infraestrutura na região, como grandes portos e aquela necessária para busca e salvamento. Dessa forma, enquanto persistirem esses problemas, a mensuração do custo/benefício da utilização das rotas de navegação marítima no Ártico se torna impraticável.

Existem, finalmente, as questões relacionadas com o turismo e a extração madeireira, mas suas contribuições são relativamente menores do que as outras atividades abordadas. Ainda que o turismo seja importante para alguns países árticos, ele representa menos de 1% do total global do setor. Já em relação ao setor madeireiro, apenas na Finlândia e Suécia sua participação é maior do que 2% das suas economias relacionadas ao Ártico (LE MIÈRE; MAZO, 2013, p. 1140-1158).

Dessa forma, ainda que haja dúvida acerca do impacto da atividade humana no aquecimento global, a diminuição da cobertura de gelo do Ártico está ocorrendo e com ela há um maior acesso à região. As conseqüências dessa maior presença no Ártico ainda não são totalmente conhecidas, mas, em contrapartida, crescem as oportunidades percebidas pelos diversos atores interessados no Ártico.

Assim, cresce a importância geopolítica e geoestratégica do Ártico, pois ele é visto como fonte de recursos estratégicos - naturais, energéticos ou até mesmo de segurança. Constata-se, com isso, que o tabuleiro de interesses na região ártica está sendo gradualmente montado com o aquecimento global, pois esse fenômeno facilita tanto o acesso quanto a exploração da região, especialmente pelos países árticos (LE

MIÈRE; MAZO, 2013, p. 284, 1318).

Verifica-se, portanto, que a atuação geopolítica e o exercício de poder dos países árticos na região transitam, basicamente, entre a garantia de exploração dos recursos naturais e a proteção e manutenção de suas fronteiras e soberanias. Canadá, Estados Unidos e Rússia demonstram interesse também na questão da navegação do Oceano Ártico. Em relação à Rússia e aos Estados Unidos, percebe-se ainda questões relacionadas à dissuasão militar. E, nos últimos anos, a Rússia tem utilizado a região ártica como local para afirmação e demonstração de seu poder, tendo em vista as controvérsias com países ocidentais em outras regiões do globo, como na Ucrânia e na Síria.

A SECURITIZAÇÃO DO ÁRTICO NO PÓS-GUERRA FRIA

A diminuição do gelo no Ártico potencializa o viés estratégico da região, entretanto ele tem recebido atenção militar por mais de um século. O período da Guerra Fria demonstra bem esse interesse militar na região, pois era o caminho mais curto entre as duas superpotências da época, Estados Unidos e União Soviética, tanto para aeronaves quanto para mísseis balísticos, fato importante para questões de defesa aérea e de sistemas de alerta antecipado/precoce (LE MIÈRE; MAZO, 2013, p. 1517, 1587).

Posto isso, percebe-se que o setor militar era proeminente, ou até mesmo exclusivo, na percepção de riscos e análises de segurança que envolviam a região ártica. Contudo, com o fim da Guerra Fria, o Ártico acabou seguindo as demais regiões do mundo na dilatação das questões concernentes à Segurança Internacional. Assim, ao se analisar o Ártico após o fim da Guerra Fria e sob a ótica da securitização proposta pela Escola de Copenhague, verifica-se a presença dos cinco setores propostos por seus acadêmicos: militar, político, econômico, societal e ambiental.

Em relação ao setor militar, com o fim da Guerra Fria, as preocupações com segurança na região diminuíram e disputas relacionadas com a soberania geralmente eram contidas ou localizadas, não sendo objetos de securitização (JACOBSEN; STRANDBJERG, 2017, p. 20).

O maior acesso ao Ártico e aos seus recursos naturais incentivou os países árticos a aumentar sua presença na região, principalmente com suas capacidades militares. Contudo, esse aumento das forças militares não gerava preocupações similares ao da Guerra Fria, já que elas não se comparavam aos níveis existentes naquele período (LE MIÈRE; MAZO, 2013, p. 1509; WEZEMAN, 2016, p. 22). E mais, ainda que todos os países litorâneos do Ártico tenham continuado a modernização de suas capacidades militares nessa região, ou até mesmo expandido em alguns casos, ela foi feita de forma limitada e lenta (WEZEMAN, 2016, p. 22).

Assim, ainda que retóricas beligerantes e o aumento de militares no Ártico tenham causado uma aparente preocupação com questões securitárias, constatava-se, na verdade, um ambiente de cooperação no Ártico devido a exercícios militares conjuntos e a posicionamentos de políticos em sentido contrário a essas retóricas (LE MIÈRE; MAZO, 2013, p. 1509). Fato que poderia ser caracterizado com um processo de dessecuritização da região, com a consequente volta da política normal no tratamento das questões do Ártico.

No entanto, a colocação de uma bandeira russa de titânio no leito do Oceano Ártico em 2007, vista por alguns como uma ocupação territorial da era imperial (LE MIÈRE; MAZO, 2013, p. 152), contribuiu negativamente para o ambiente de cooperação no Ártico. E, mesmo que entre 2008 e 2013, a Rússia tenha diminuído consideravelmente o nível percebido de ameaça na região, trazendo à tona questões de cooperação (KLIMENKO, 2016, p. 13-14), a escalada de tensões entre os russos e o ocidente em decorrência de eventos fora da região ártica tem influenciado a retórica de segurança e de supostas ameaças à segurança no Ártico.

Com esse escalonamento de tensões com o Ocidente a partir de 2014, na Ucrânia, e após 2015, com a guerra na Síria, a relevância das forças militares da Rússia no Ártico aumentou, posto que, tradicionalmente, elas desempenhavam um papel chave na dissuasão nuclear contra os Estados Unidos e contra a OTAN (KLIMENKO, 2016, p. 34; WEZEMAN, 2016, p. 22-23), e isso pode ocasionar um aumento generalizado das capacidades militares dos países árticos em resposta ao aumento russo (dilema de segurança).

Por conseguinte, a securitização da região pode ressurgir pela atuação de políticos e militares dos países envolvidos por receio acerca da própria integridade física dos seus Estados e de seus interesses no Ártico.

Quanto ao setor político vinculado ao Ártico, esse acaba se relacionando à própria conformação política/física dos Estados árticos litorâneos, pois a região, especialmente com o maior acesso ao Oceano Ártico, apresenta problemas de delimitação de territórios e de fronteiras, repercutindo na percepção de ameaças às suas soberanias.

Apesar das disposições existentes na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM ou UNCLOS, em inglês), de 1982, acerca das reivindicações territoriais no Ártico, ainda há algumas disputas entre os Estados litorâneos da região, além do fato de os Estados Unidos não terem ratificado essa convenção.

Dessa forma, ainda que no momento as disputas entre os países sejam de forma amistosa, com base nas disposições da CNUDM, esse fato pode mudar dependendo dos interesses de determinados atores políticos, tanto na região quanto fora dela, como no aumento das tensões entre a Rússia e alguns países ocidentais, o que poderia levar a securitização dessa questão.

Em relação ao setor econômico do Ártico, verifica-se que sua securitização pode vir tanto pela exploração ou não dessa região. Ou seja, há atores, geralmente políticos, mas também empresas, que alegam que o desenvolvimento econômico baseado nos recursos oriundos da região ártica seriam necessários para o crescimento econômico de seus países, ou negócios, e, por conseguinte, estaria vinculado à sua própria continuidade existencial. Discursam acerca da necessidade, mesmo que futura, de acesso, por exemplo, aos recursos energéticos e de alimentos presentes no Ártico, não podendo se perder a oportunidade de explorá-los se isso for necessário para a sobrevivência de suas sociedades, ou mesmo dos seres humanos.

Por outro lado, também são levantadas as problemáticas advindas da exploração da região, já que ela pode ocasionar desastres ambientais que afetariam negativamente a exploração econômica em outras regiões do globo, ou seja, a mesma exploração defendida por alguns e alegada como salvação da humanidade em alguns casos, pode ser vista como justamente o seu oposto em outras circunstâncias.

Já no que concerne o setor societal no Ártico, verifica-se que esse setor não tem obtido sucesso nas tentativas de securitização mesmo quando há esse interesse. Essa região apresenta algumas comunidades autóctones que não conseguem se mobilizar com sucesso para que suas agendas sejam atendidas. Um dos meios existentes para isso, o Conselho do Ártico², do qual seis organizações de povos autóctones da região ártica participam, não prevê o direito a voto para essas entidades.

Talvez a questão principal nesse caso seja o interesse dos Estados de priorizarem suas agendas sobre as dessas comunidades, já que estas se encontram, às vezes, em mais de um país e também se deslocam, historicamente, por amplas regiões pertencentes a diferentes Estados.

Com isso, os atores desse setor, geralmente essas comunidades e organizações não-governamentais, não obtêm sucesso na securitização relacionada às ameaças à existência de suas sociedades, culturas e identidades.

O setor ambiental apresenta-se, em relação ao Ártico, de forma proeminente, pois a própria questão do aquecimento global é levantada quanto à região, trazendo preocupações acerca do meio ambiente e da relação dos seres humanos com ele, bem como dos efeitos da ação humana sobre o meio ambiente, e dos problemas advindos do próprio incremento no acesso ao Ártico em decorrência desse aquecimento global.

Assim, a securitização do Ártico no viés ambiental tem ocorrido desde o começo do maior entendimento científico das consequências da ação humana no meio ambiente, tendo aumentado com a verificação do encolhimento da cobertura de gelo nessa região e a possibilidade de maior presença humana nela, seja para exploração dos recursos naturais ou navegação comercial ou turística, por exemplo. Ressalta-se, contudo, que essa questão ambiental não precisaria necessariamente estar relacionada à certeza do impacto das atividades humanas no aquecimento global, pois o fato relevante nesse caso é o maior acesso à região em

2 Disponível em: < <http://www.arctic-council.org/index.php/en/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

decorrência do derretimento da camada de gelo, condição já mensurada e que tem aumentado ano a ano.

Os atores envolvidos nesse processo são vários e incluem cientistas, políticos, organizações não-governamentais e intergovernamentais e sociedade civil organizada, que levantam questões sobre a impossibilidade de sobrevivência humana se não forem tomadas atitudes urgentes no que tange a questão ambiental no Ártico.

Deve-se salientar, ainda, que é possível considerar outros países com interesses na região ártica, como a China, por exemplo, como atores na securitização de certas questões árticas, como aquelas dos setores ambiental e econômico, por serem mais facilmente consideradas de relevância para eles. Mas também se deve considerar o setor político, no caso da liberdade de navegação no Oceano Ártico em face das questões de disputas territoriais, assim como do setor militar em decorrência direta da presença militar no Ártico de outros países pelos seus interesses nos demais setores regionais.

Enfim, fica evidenciada a integração dos setores ao se analisar a região ártica, pois tantos os atores envolvidos quanto os objetos de referência acabam se interconectando no processo de securitização da região. Ademais, as suas características e as problemáticas levantadas acerca da securitização dos seus setores propiciam a conformação de um Complexo Regional de Segurança no Ártico, tendo em vista, ainda, as diversas unidades interessadas atuantes na região.

Conclusão

O maior acesso ao Ártico tem direcionado, mais uma vez, a atenção de diversos atores à região, e a interação entre eles dependerá não apenas de suas intenções, mas também de suas ações. “O Ártico está passando por uma rápida mudança, tanto fisicamente, quanto politicamente, com a mudança política conduzida pela física”³ (LE MIÈRE; MAZO, 2013, p. 266, tradução nossa).

Dessa forma, com a expectativa que o Oceano Ártico se torne sazonalmente livre de gelo muito antes da metade desse século, o que permitirá maior acesso aos recursos da região, será necessária uma maior estrutura para a segurança e proteção da região ártica (LE MIÈRE; MAZO, 2013, p. 715). E a forma como os atores envolvidos no Ártico abordarão e atuarão na região impactará diretamente nesse cenário.

Assim, duas narrativas emergem em relação ao Ártico: uma vê a região como uma competição entre Estados por territórios e recursos minerais, até mesmo com uma confrontação militar; e outra que contesta essa nova Guerra Fria, da qual fazem parte, por exemplo, companhias de energia, operadores de turismo e militares e diplomatas dos países árticos (LE MIÈRE; MAZO, 2013, p. 145).

A crise na Ucrânia, em 2014, levou à suspensão de diversas reuniões entre os russos e membros dos demais países árticos, tendo sido cancelados, também, exercícios militares conjuntos entre esses atores. Por outro lado, continuaram ocorrendo alguns exercícios de salvamento e com as guardas costeiras desses países (KLIMENKO, 2016, p. 30).

Essas constantes mudanças entre cooperação e enfrentamento, ainda que este não ocorra de fato, levam a região ártica a uma instabilidade que afeta todos os cinco setores abordados pela Escola de Copenhague, além de possibilitar, eventualmente, a securitização de questões não tratadas anteriormente pelos atores interessados na região.

Como visto, muitos são os atores e assuntos considerados de importância no Ártico e sua integração em um complexo regional faz com que eles devam ser tratados de maneira que sua securitização não seja realizada ou que se dessecuritizem aquelas questões já saídas da política normal. Ainda mais ao se considerar que outros atores, como a China, demonstram interesse na região, o que poderia ocasionar mais tensão no tratamento dos assuntos árticos.

Para isso, uma atuação mais eficiente e eficaz do Conselho do Ártico poderia ser relevante. Esse conselho, criado em 1996, é formado pelos oito países árticos como um fórum de cooperação, coordenação

3 “The Arctic is undergoing rapid change, both physically and politically, with the political change driven by the physical.” (LE MIÈRE; MAZO, 2013, p. 266)

e interação em questões comuns do Ártico, representando, por conseguinte, um direcionamento a um bom entendimento na região ártica, ainda que suas decisões não sejam vinculantes e questões militares e de segurança tenham sido explicitamente excluídas de sua atuação. Além dos países árticos, seis organizações de povos autóctones da região ártica participam do conselho (sem direito a voto), assim como 32 observadores, entre organizações intergovernamentais, organizações não-governamentais e 12 países (França, Alemanha, Holanda, Polônia, Espanha, Reino Unido, Itália, Japão, China, Coreia do Sul, Cingapura e Índia).

Dessa forma, o Ártico poderá ser caracterizado pela cooperação e não necessariamente por conflitos, mesmo sendo espaço de crescente presença de militares (LE MIÈRE; MAZO, 2013, p. 1513). Os países árticos devem procurar formas de cooperar cada vez mais no Ártico, evitando a competição pelos recursos da região ao visarem apenas seus interesses em detrimento daqueles dos demais atores. Devem, assim, atuar em conjunto no atingimento de objetivos comuns que desenvolvam a região, pois disso dependerá um ambiente mais profícuo para a continuidade dessa cooperação.

Referências

ADAMS, Shar. **ConocoPhillips suspende extração de petróleo no Alaska**. 2013. Disponível em: <<https://www.epochtimes.com.br/conocophillips-suspende-extracao-de-petroleo-no-alaska/#.WBLqB6POq1s>>. Acesso em: 28 out. 2016.

ARCTIC, The. **Population**. Disponível em: <<http://arctic.ru/population/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

ÅTLAND, Kristian. **Security implications of climate change in the Arctic**. FFI-rapport 2010, v. 1097, n. 18, 2010.

BREYFOGLE, Nicholas; DUNIFON, Jeffrey. **Russia and the Race for the Arctic**. *Origins: Current Events in Historical Perspective*, v. 5, n. 11, 2012. Disponível em: <<http://origins.osu.edu/article/russia-and-race-arctic>>. Acesso em: 28 out. 2016.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Lynne Rienner Publishers, 1998.

GOES, Juliano. **A Geopolítica do Ártico: a presença militar russa e suas implicações**. In: Congresso Internacional de Relações Internacionais de Pernambuco, 3., 2016, Recife. Anais... Recife, 2016. p. 4-15. Disponível em: <<http://www.faculdadedamas.edu.br/externos/posts/files/Seguranca%20Internacional%20Velhos%20e%20Novos%20Atores%20-%20Anais%20do%20III%20CIRIPE.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

GREENPEACE. **Pesca predatória no Oceano Ártico será interrompida**. 2015. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Pesca-predatoria-no-Oceano-Artico-sera-interrompida/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

JACOBSEN, Marc; STRANDBJERG, Jeppe. **Desecuritization as Displacement of Controversy: geopolitics, law and sovereign rights in the Arctic**. *Politik*, v. 20, n. 3, 2017.

KLIMENKO, Ekaterina. **Russia's Arctic Security Policy: Still quiet in the High North?** SIPRI Policy Paper No. 45. Stockholm International Peace Research Institute, 2016.

KRAUSS, Clifford; MYERS, Steven Lee. **Sonhos de riqueza com gás e petróleo são frustrados no Ártico**. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1680744-sonhos-de-riqueza-com->

gas-e-petroleo-sao-frustrados-no-artico.shtml>. Acesso em: 28 out. 2016.

LE MIÈRE, Christian; MAZO, Jeffrey. **Arctic opening: Insecurity and opportunity**. Adelphi Book 440. Kindle Edition. Routledge for the international institute for strategic studies, 2013.

MCCORMICK, Ty. **Arctic Sovereignty: A Short History**. Foreign Policy. Disponível em: <<https://foreign-policy.com/2014/05/07/arctic-sovereignty-a-short-history/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

TANNO, Grace. **A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional**. Contexto Internacional, v. 25, n. 1, p. 47-80, 2003.

USGS. **90 Billion Barrels of Oil and 1,670 Trillion Cubic Feet of Natural Gas Assessed in the Arctic**. 2008. Disponível em: <<https://www.usgs.gov/media/audio/90-billion-barrels-oil-and-1670-trillion-cubic-feet-natural-gas-assessed-arctic>>. Acesso em: 28 out. 2016.

WEZEMAN, Siemon T. **Military capabilities in the Arctic**. Stockholm International Peace Research Institute, 2012.

WILLIAMS, Paul D. (Ed.). **Security studies: an introduction**. Routledge, 2012.

ZAGORSKI, Andrei. **The Arctic: a new geopolitical pivot**. Russia Direct, 2013.